

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

Mark Kirkby

Sérvulo & Associados | sócio

EDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a apresentação da tese subordinada ao tema «O exercício contratualizado do poder administrativo», em 2007.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1996.

ATIVIDADE DOCENTE

Investigador convidado do Centro de Investigação de Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Docente convidado para lecionar diversos temas nas áreas da contratação pública e dos contratos públicos em cursos de pós-graduação realizados nas várias Faculdades de Direito do país, como seja nas Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Universidade do Minho e nas Escolas de Direito de Lisboa e do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

Coordenador do curso pós-graduado de atualização sobre Direito dos Resíduos, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2013. Conferencista no mesmo curso, no módulo “Os contratos de adaptação ambiental no setor dos resíduos”.

Coordenador do curso pós-graduado de atualização sobre Direito da Água, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2012 e 2014. Conferencista no mesmo curso, no módulo “Regras de contratação pública aplicáveis às entidades que operam no setor da água”.

Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na licenciatura de Direito, de 1996 a 2010, tendo integrado o departamento de Ciências Jurídico-Políticas em 2000 e tendo lecionado a disciplina de Direito Administrativo I entre 2003 e 2010.

PERCURSO PROFISSIONAL

Exercício de advocacia, na «Sérvulo & Associados», como sócio desde 2008 e como advogado associado entre 2004 e 2007.

Membro do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, entre 2005 e 2007.

Adjunto de Grupo Parlamentar da Assembleia da República/Chefe do Gabinete do Líder da Oposição, entre 2002 e 2004.

Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em regime de substituição, entre 2001 e 2002.

Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em 2001.

Assessor jurídico do Secretário de Estado do Emprego e Formação e, depois, do Secretário de Estado do Trabalho e Formação, entre 1999-2001.

Assessor jurídico do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, entre 1998-1999.

Exercício de advocacia como advogado associado na sociedade de advogados «Santiago Neves & Associados», em 1998.

Inscrito na Ordem dos Advogados, desde 1998.

Advogado estagiário na sociedade de advogados «Santiago Neves & Associados», entre 1996 e 1998, sob o patrocínio do Dr. Jorge Santiago Neves.

EXPERIÊNCIA ARBITRAL

Participou, como Advogado, em diversas de arbitragens, *ad hoc* e institucionais (ACL e CAAD) relacionadas com o a validade, interpretação e execução de contratos públicos e com a responsabilidade contratual emergente desses contratos. É, assim, uma experiência essencialmente especializada em arbitragens sobre contratos administrativos ou que envolvem a aplicação do direito administrativo.

Árbitro integrante da lista de árbitros do CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa, tendo nesse âmbito intervindo como árbitro dirimindo questões relacionadas com o cumprimento de contratos públicos e responsabilidade contratual daí emergente.

PUBLICAÇÕES E CONFERÊNCIAS

- Contratos administrativos de subordinação - natureza, funções e limites, Lisboa, AAFDL, 2002;

- “Aspectos relativos à aplicabilidade objectiva e subjectiva das novas regras da contratação pública”, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol. XLIX – n. 1 e 2, 2008, Almedina;
- “O diálogo concorrencial”, in VVAA, Estudos de Contratação Pública I, Coimbra, 2008;
- “Poderes sancionatórios no contrato administrativo: um caso de usurpação de poderes”, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 78, Novembro/Dezembro 2009;
- “A contratação pública nos «sectores especiais” ”, in VVAA, Estudos de Contratação Pública II, Coimbra, 2010;
- “Conceito e critérios de qualificação do contrato administrativo: um debate académico com e em homenagem ao Senhor Professor Sérvulo Correia — Do artigo 178.º do CPA ao artigo 1.º, n.º 6 do CCP - uma alteração do paradigma de qualificação?” in VVAA, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Vol. II, Coimbra, 2010;
- Contratos sobre o exercício de poderes públicos, Coimbra, 2011;
- “Actos administrativos sujeitos a procedimentos adjudicatórios de contratação pública – o artigo 1.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 4, 2011;
- "A contratação pública nos setores da água e do saneamento (âmbitos subjetivo e objetivo de aplicação do regime de contratação pública nestes setores)", in *Direito da Água*, ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos/ Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, abril 2013 – coordenador científico da obra;
- “Public Contracts at the Epicenter of the Crisis: Pondering the Variable Intensity of the Competition Principle”, in *European Review of Public Law*, Vol.25 -1/2013;
- “Revisitando o tema da contratação ambiental a propósito do direito dos resíduos)", in *Direito dos Resíduos*, ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos/ Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, 2014 – coordenador científico da obra
- “Os mistérios em torno da possibilidade de escolha do ajuste direto quando em procedimento anterior todas as propostas tenham sido excluídas”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 10, 2015 (no prelo).
- Participou como orador convidado na “*Conferência sobre Arbitragem e Mediação Administrativas: um desafio lançado ao contencioso administrativo português*” (setembro de 2014) tendo apresentado uma comunicação sobre “*A arbitragem no domínio dos contratos administrativos*”.

Português

Inglês

Espanhol